

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA
ATA DA 131ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE -
COMDEMA

1 Ao vigésimo segundo dia do mês de março e dois mil e vinte e três, com início às nove horas
2 em primeira convocação, e às nove e trinta minutos em segunda convocação, na 3ª Promotoria
3 de Justiça, Juizado Especial Cível e Criminal, Praça Nove de Julho, 150, 1º andar, realizou-se a
4 131ª reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, sob a presidência de Ricardo Canal
5 Coelho e a presença dos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA,
6 cujas assinaturas constam da lista de presença anexa, e justificativas de ausência de Cristiani
7 Fuloni e Cecília A. F. dos Santos, e do representante do SAAEB, João Victor Arantes da Silva,
8 Vinícius Dantas, Vinícius Costa Ferreira, Laís Eduarda Fávero Igléssias, e do Promotor de
9 Justiça Herbert Wylliam Vítor de Souza Oliveira. O presidente agradeceu a presença de todos e
10 informou que a reunião é conjunta com a 121ª reunião do CMSA, Conselho Municipal de
11 Saneamento Ambiental, e convidou Telma Magro para secretariar. Ricardo C. Coelho
12 perguntou se todos receberam a ata da última reunião por e-mail, e se poderia dispensar a
13 leitura, sendo aprovada por todos. Em seguida Ricardo informou que a pauta da reunião, com
14 os seguintes assuntos: Procedimento Administrativo de Acompanhamento do Ministério
15 Público, PAA nº 62.0208.0001155/2022-1, e outros assuntos. O Promotor de Justiça Herbert
16 Oliveira agradeceu a presença de todos, e disse ser importante a participação de todos e a
17 somatória de esforços para construção dos nossos objetivos, e convidou os dois conselhos para
18 tratarem do Plano de Saneamento; em atendimento aos questionamentos propostos no ofício
19 269/23, quanto ao item a) “se há o Regulamento de Prestação de Serviços Públicos de
20 Abastecimento de Água e esgotamento Sanitário, e em caso positivo, deverá ser apresentada
21 uma cópia para ser juntada nos presentes autos”, foi informado que foi enviado por e-mail ao
22 MP, no dia 21 deste mês, os seguintes regulamentos, lei nº 3.802/2008 - Plano Municipal de
23 Saneamento Ambiental, lei nº 3742/2008 - Política Municipal de Saneamento Ambiental, lei nº
24 3.693/2007 - Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, lei nº 714/1969 - criação do
25 SAAEB, e lei nº 5.370/2019 - reorganização do SAAEB. Telma Magro informou que além
26 desta mensagem foram enviados os seguintes ofícios: ofício 07/2023, no dia 10/03, enviado
27 por e-mail ao MP, em resposta ao ofício 158, em que informa a publicação do decreto nº
28 15.926 de 08 de março deste ano, que altera o regimento interno deste conselho; ofício 08/2023
29 enviado ao Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura em 16/03, protocolo 3537, que
30 solicita vistoria em empresas que usam amônia; ofício 09/2023 enviado ao Departamento
31 Jurídico da Prefeitura em 16/03, protocolo 3535, que solicita informações sobre a liminar que
32 suspende os efeitos do decreto nº 15.136/2021, que institui a tarifa de manejo de resíduos
33 domiciliares; Victor Ribeiro informou que o Jurídico já emitiu a resposta e o ofício está
34 disponível no DAAMA para ser retirado; Vinícius Dantas informou que o pedido de liminar
35 para suspender o efeito deste decreto foi feito por Sílvio Seixas, em que questiona a validade
36 da cobrança ser feita por tarifa, e que o mesmo foi notificado pelo judiciário que estava com os
37 direitos políticos suspensos no período eleitoral; foi observado que conforme o Marco Legal de
38 Saneamento deixa claro que a cobrança pode ser feita por tarifa ou por taxa; Angela Brunelli
39 informou que o decreto foi montado conforme orientação da ANA, Agência Nacional de
40 Águas e Saneamento Básico, com estudo de cada unidade tarifária de água para definir o valor
41 a ser cobrado; foi observado que as condições que solicitam a liminar com agravo de
42 instrumento não esta adequada, e o agravo não foi julgado; Herbert de Oliveira disse que o
43 judiciário precisa buscar resposta junto ao Cartório Eleitoral; Vinícius Dantas disse que já foi
44 julgado o agravo em março de 2022. A seguir foi informado que foi feita uma reunião na
45 Prefeitura, com os representantes do DAAMA, no dia 16/03, para tratar do lixo e drenagem
46 urbana; Angela Brunelli observou que o Plano de Saneamento é um instrumento de política de
47 saneamento, e o nosso plano vai além de um plano de saneamento, pode ser considerado um
48 plano ambiental, e que o CMSA tem a função de fiscalizar, regular e deliberar, conforme lei nº
49 3.742/2008, ou seja, deve auxiliar na execução das políticas públicas; Cristiane Lujan disse que

50 se sente impedida de fiscalizar o governo sendo representante do próprio governo, mas foi
51 observado que os conselhos devem ser um canal de conciliação e de crítica construtiva; foi
52 destaca que o plano é de 2008, e deste de então têm sido feitos diagnósticos de situação para
53 serem apresentados ao PMVA, Programa Município Verde Azul, e não foram cumpridas cerca
54 de 50% das ações previstas; foi destacada a importância do plano como instrumento de saúde
55 pública, principalmente as doenças de veiculação hídrica e o controle dos vetores de zoonoses;
56 foi destacado também que para a devida avaliação das ações executadas deveriam ser
57 informadas ao conselho pelos órgãos executores, de forma constante, para que o conselho
58 tenha um papel construtivo; João Gandra reforçou a necessidade de participação da
59 comunidade, de foi mais uma vez solicitada sejam feitas novas indicações de representantes
60 para alteração do decreto de nomeação dos membros dos conselhos; Regina Melanda disse que
61 precisa ter fortalecimento e maior integração para aumentar as ações a serem atingidas; Herbert
62 Oliveira valorizou os conselhos, e destacou que o termo fiscalizar não é sancionar, e sim ajudar
63 a construir; Angela Brunelli destacou que a água deve ser vista como um bem finito, e a água
64 subterrânea como fonte estratégica de abastecimento, o que não vem ocorrendo ultimamente,
65 que deve haver uma melhor aplicação dos recursos, ser considerado as mudanças climáticas;
66 Telma magro observou que o nível dos aquíferos vem rebaixando constantemente, e em nosso
67 município os mananciais superficiais estão com suas nascentes dentro do território, e reforçou
68 a necessidade de manutenção da área de proteção de mananciais, APM, definida no Plano
69 Diretor Municipal; foi reforçado que a prioridade para as águas superficiais é a proteção de
70 nascentes e matas ciliares, e o desassoreamento dos córregos, para aumentar o volume dos
71 reservatórios; outra questão levantada foi que as estações de tratamento de águas, as ETAs, são
72 antigas, possuem processo convencional de limpeza da água, e destacada a importância de um
73 estudo para atualização das plantas e melhoria do tratamento; Vinicius informou que está
74 sendo feito um estudo da melhoria do decantador da ETA 1, quanto às redes de distribuição de
75 água, as mesmas são antigas, estão com vazamento e risco de contaminação cruzada, mesmo
76 que tenha sido contratada uma empresa para medição da pressão da rede e instalação da
77 setorização; Daniel Toledo informou que a Vigilância Sanitária está monitorando regularmente
78 a qualidade da água; quanto ao esgoto, a rede de afastamento também é antiga principalmente
79 nas áreas centrais da cidade, e os coletores troncos e emissários apresentam pontos com
80 assoreamento e possível rompimento, e necessitam redimensionamento; Gilmar Feltrin
81 informou que a obra da estação de tratamento de esgoto 2, ETE 2, do córrego Bebedouro,
82 licitada em 2016, não teve correção monetária, e hoje, dos 9 milhões disponíveis do convênio
83 feito com a Caixa Econômica, faltam 9 milhões para concluir a obra; as linhas de crédito
84 disponíveis estão sendo consultadas, mesmo que se considera o aumento na tarifa de água e
85 esgoto, como fonte de recurso própria; Gilmar Feltrin informou também que foram investidos
86 11 milhões em água e esgoto, nas obras de abertura do poço do Residencial Pedro Paschoal e
87 correções de vários trechos da rede de esgoto; destacou que a cidade possui 700 km de rede de
88 esgoto, e a substituição de 20% por ano, como prevê o Plano de Saneamento, é inviável,
89 destacando que a prioridade no momento é a conclusão da ETE 2, a fim de viabilizar
90 empreendimentos que financiaram coletores e emissário, sendo necessário a busca de recursos,
91 de emendas no orçamento para investimento em esgoto e água; os gastos com produtos
92 químicos, energia elétrica e combustível atualmente são os maiores gastos da autarquia;
93 Angela Brunelli informou que o projeto da ETE 2 tem problemas herdados pela atual gestão, e
94 que precisam ser sanados, os trechos de interceptadores de esgoto assoreados, com lançamento
95 em natura, como na Rua Sete de Setembro e próximo ao antigo matadouro, precisam ser
96 executados ou refeitos; Gilmar Feltrin disse que entre 2020 e 2022 foram gastos mais de 800
97 mil reais em materiais para correção de redes, e o lançamento de água pluvial na rede de esgoto
98 precisa ser corrigido e combatido; Herbert Oliveira destacou que a conclusão da ETE 2 é
99 prioridade, sendo uma das metas do plano de 2008; Gilmar Feltrin disse que hoje é tratado de
100 33 a 44 % do esgoto bruto, e as obras da ETE 2 poderão ter um investimento que pode chegar
101 de 40 a 45 milhões de reais; e quanto à água, as recentes perfurações de poços melhorou o
102 fornecimento, estão sendo feito estudos para melhorar a velocidade de decantação das ETAs,
103 tratamento que é agravado nos períodos de chuvas, e, por fim, disse que enviará o cronograma

104 financeiro; Herbert Oliveira destacou a importância de se fazer outro Plano de Saneamento,
105 mas Angela Brunelli disse que acredita que uma revisão poderá ser suficiente, e Herbert
106 solicitou um diagnóstico do plano para discutir junto ao SAAEB; Vinícius Ferreira disse que as
107 obras para correção dos coletores e a realização de um plano de água, esgoto e drenagem serão
108 viabilizadas com recursos do Fehidro; Herbert Oliveira perguntou se seria possível
109 modificações normativas para dar mais eficiência à autarquia, com relação aos loteamentos e
110 empreendimentos novos, para viabilizar os devidos investimentos e garantia da eficiência dos
111 serviços; Angela Brunelli disse que com base na Lei do Plano Diretor- PDM são emitidas as
112 diretrizes pelo SAAEB e pela Prefeitura, assim o investidor é obrigado a tratar e afastar os
113 efluentes, ou pagar o valor correspondente destas obras ao SAAEB, que será aplicado no fundo
114 criado pelo PDM ou no fundo próprio do SAAEB; Vinícius Dantas disse que os poços
115 perfurados não estão sendo hidrometrados, e isto deve ser feito para que haja a cobrança do
116 esgoto lançado; foi observado que os poços abertos precisam ser comunicados à Prefeitura, ou
117 identificados para fiscalização, considerando o risco de contaminação do manancial
118 subterrâneo, e destacado que o não pagamento do esgoto lesa o erário; João Gandra destacou a
119 importância da recuperação das matas ciliares e nascentes, para evitar o assoreamento, garantir
120 a perenidade destes mananciais, proteger os mananciais, uma vez que a água superficial é
121 prioridade no abastecimento público; Angela Brunelli disse que a integração entre os órgãos
122 estaduais e municipais para a fiscalização é importantes; Herbert Oliveira foram em parte
123 respondidas, e pediu uma avaliação dos conselhos e do SAAEB quanto ao cumprimento do
124 plano, pautado no cronograma físico-financeiro e detalhar o que for necessário; Angela
125 Brunelli cobrou informações sobre os investimentos a serem feitos por edifícios verticalizados
126 no centro, e os empreendedores devem ser cobrados, em atendimento às diretrizes e ao Estudo
127 de Impacto de Vizinhança, ou EIV aprovado. Victor Ribeiro informou que referente aos
128 serviços do lixo, foram adquiridos 4 caminhões compactadores, e deverá ser implantada a
129 coleta seletiva; Angela Brunelli disse que em parte das obrigações com resíduo sólido está
130 equacionado, e a Prefeitura propôs elaborar um plano de coleta seletiva para melhor
131 entendimento do universo; ainda deverá terminar a montagem da usina de britagem, que deverá
132 ficar instalado no atual pátio de transbordo, onde ocorre a operação dos resíduos da construção
133 e da poda, e destacou a importância de se garantir a segurança da área; quanto à drenagem
134 urbana informou que existe uma carência maior de ações, e existem 33 pontos críticos
135 mapeados no plano de saneamento, sendo que a maioria não foi resolvido ainda; e citou as
136 obras da Av. Eurico de Medeiros e da Var. Lourenço Santin, que foram feitas várias vezes,
137 considerando inadequação das obras de drenagem, com consequente destruição da
138 pavimentação. A seguir, para finalizar as discussões, Herbert Oliveira solicitou seja
139 apresentado um relatório sobre resíduos sólidos e drenagem urbana, e definido prazo de 45
140 dias, e outro relatório sobre água e esgoto, com prazo de 90 dias. Ricardo perguntou se alguém
141 gostaria de fazer uso da palavra, e não havendo mais nada a tratar, deu a reunião por encerrada,
142 e agradeceu a presença de todos. Eu, Telma Alves Magro, lavrei a presente ata, que será por
143 mim assinada e pelo presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente, no dia vinte e dois
144 do mês de março do ano de dois mil e vinte e três.

Ricardo Canal Coelho
Presidente do COMDEMA

Telma Alves Magro
Secretária